



Conversatório sobre o Bem Viver

Desafios do fazer político em nosso tempo

POR MARIO RODRÍGUEZ IBÁÑEZ*

O **Bem Viver** é um horizonte de sentido que tem permeado uma série de reflexões acerca de como entendemos o mundo e como nos relacionamos com ele — ou como fazer a transição a outros modos de vida que permitam escapar das armadilhas da modernidade e do desenvolvimento hegemônico, intrínsecas ao capitalismo. Em novembro de 2015, a convite da Fundação Rosa Luxemburgo, o educador boliviano Mario Rodríguez apresentou algumas reflexões sobre este tema, a título de introdução ao universo do pensamento indígena sobre o Bem Viver, a um grupo formado por estudantes da África, do Brasil e da América Latina na Escola Nacional Florestan Fernandes, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O texto a seguir é uma edição dessa conversa.

O debate sobre o Bem Viver é bastante complexo, e é difícil saber por onde começar. Então quero propor uma pequena reflexão. Em aimará, para se despedir, para se encontrar no dia seguinte, os indígenas usam muitas expressões; mas tem uma que eu quero destacar: a expressão *q'ipur kama*. É o que se usa para se despedir e se encontrar nos próximos dias. Quando você faz a tradução literal, a raiz *q'epa* quer dizer "atrás". *Ur* significa "dia". E *kama* significa "até". A tradução literal da fala seria "até o dia de atrás". Mas as pessoas vão se encontrar no dia seguinte.

Coloco isso para começar porque, quando falamos do Bem Viver, não fazemos só um debate sobre a minha posição política frente a uma situação; mas sobre qual é o meu lugar no entendimento da própria vida, das relações, da convivência. É um debate desde outro lugar de fala, que coloca em questionamento o todo.

Na matriz indígena, para quase todos os povos do nosso continente o futuro não fica adiante. O caminho que você faz em busca da conquista não é o futuro distante. Ontem à noite, na atividade de comemoração dos 10 anos da Escola Nacional Florestan Fernandes, vocês encerraram com uma fala: *somos construtores de um futuro que ainda não está*. Isso porque os discursos da construção da modernidade constituíram o lugar central da vida num olhar de futuro; mas um futuro sempre a ser conquistado.

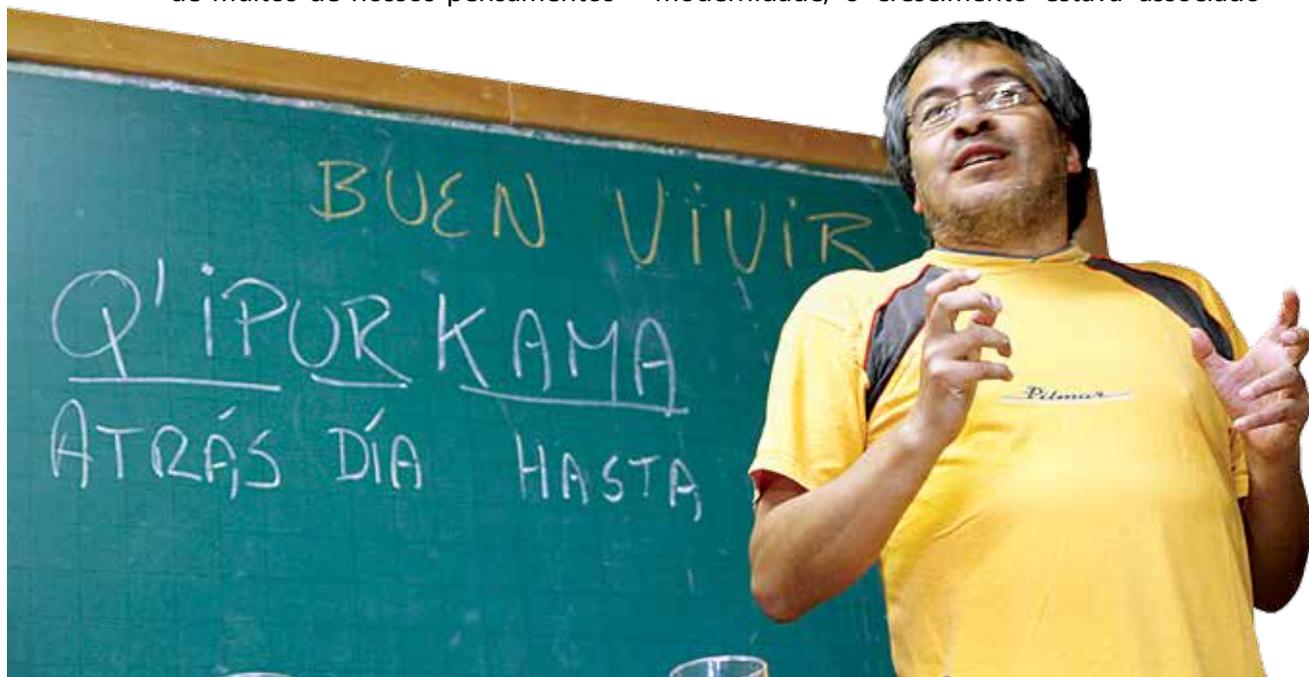
Ou seja, a ação no presente é pensada como uma forma de se aproximar ao futuro desejado, a ser conquistado. O organizador mental de muitos de nossos pensamentos

é a conquista desse futuro ainda não existente. O discurso da modernidade, que foi construído por séculos, coloca a possibilidade de sacrificar o presente em nome de um futuro melhor. Se pode dizer que a captura de um futuro melhor é um dos organizadores da nossa vida.

Isso permeia os discursos políticos dos governos, mas também a vida cotidiana. Quantos de nós viemos de famílias em que nossos pais incutiram em nós a ideia do sacrifício, a sua disponibilidade de abandonar dimensões da sua própria vida para que nós tenhamos um futuro melhor. Quanta gente vem do mundo camponês onde o discurso principal da reprodução da vida acontece na ideia "filho, filha, você não vai ser como eu sou, você vai ser melhor do que eu sou. Para isso vou me sacrificar trabalhando para você estudar, para que você seja uma pessoa melhor." Às vezes não se fala nem em melhor pessoa, é "para que você seja pessoa". Porque se constrói a organização da vida sobre a possibilidade de um futuro melhor.

Esse "melhor" está associado à ideia principal de que ser melhor é ter mais. Mais títulos profissionais, mais roupas, mais objetos. O organizador daqueles debates que acontecem na vida cotidiana, na estrutura de governo, na estrutura dos discursos do desenvolvimento, no debate político, acontece em todas as dimensões da vida. A ideia está colada na noção de crescimento, que equivale à acumulação.

Esse é um elemento muito importante na construção da modernidade. Porque, antes da modernidade, o crescimento estava associado



a um processo de amadurecimento. E o amadurecimento era sentido como um ciclo não linear. O amadurecimento, na vida das pessoas, das plantas, dos animais, é um processo que tem um ponto alto, e você vai descender como parte deste ciclo. Mas quando descende, ganha experiência. No olhar da vida, os processos não são lineares.

O Bem Viver coloca, assim, o primeiro desafio: tentar olhar a vida, o mundo, as relações, em outras perspectivas. Nesse sentido, voltando a falar do atrás aimará, o futuro que não fica lá na frente, fica aqui. O que você observa no cotidiano das pessoas? Você não está olhando o futuro a ser

conquistado, você olha para o que já foi. É muito difícil falar do passado em idiomas indígenas, porque o passado na estrutura linguística indígena é diferente da conjugação verbal do castelhano, do português. Ele só é possível a partir do presente. O passado não acontece como o que já foi, o que foi cancelado pela história; só é possível se você traz o passado para o presente, linguisticamente falando.

Então você olha para o passado, mas ele só tem sentido se colocado no presente. Isso constrói a possibilidade do inédito, do que virá, o que brota. Politicamente isso é muito forte, porque coloca o olhar em outro lugar de referência.

O ANCESTRAL

Quando falamos do Bem Viver, a tradição indígena é muito importante. Ela coloca outras dimensões no entendimento da política, da economia, da natureza, dos bens comuns, das relações, da construção familiar, da construção da vida cotidiana, do nosso encontro com as coisas. Mas isso não só no mundo indígena. O ancestral, o antepassado, é nossa referência colocada em um mundo presente, que é muito mais complexo, diverso. É cruzado pelas experiências de modernidade ocidental nas nossas vidas, mesmo entre os povos indígenas. Já não se fala somente de um mundo indígena puro, isolado desta modernidade. É um debate sobre o mundo contemporâneo.

Mas isso provoca exatamente a necessidade de um outro olhar. Um outro olhar que não é uma perspectiva de futuro, mas uma perspectiva ancestral que debate o mundo presente através da construção do dia a dia, e cria a possibilidade de transformação profunda neste espaço do dia a dia.

Vou colocar um outro elemento que, quando estive aqui no Brasil, ajudou muito a ver de onde vamos fazer o debate. É uma expressão ou palavra ou conceito que parece um trava-língua, da qual a cada dia gosto mais: *illa*. As *illas* são parte das ritualidades indígenas andinas, muito presentes também em outros povos indígenas de outros espaços culturais.

No início de novembro, na Bolívia e no Peru, depois das festas de finados ou todos os santos, começam os rituais das *illas*, que vão nos acompanhar até o mês de janeiro. Acontecem depois da semeadura e antes da colheita. A *illa* é algo que já é, sem ser o que

já é, mas que já está sendo o que ainda não é. Ou seja, a *illa* contém isso que já é, mas ainda não é. Ela ainda tem que ser criada para ser algo, mas já está sendo. Nas ritualidades, as *illas* são a colheita que ainda não é, mas já está sendo; e depende de como vai terminar de ser criada aquela plantinha que você tem, aquela chácara que você cultiva, ela vai ser aquilo que já é. Porque a planta já contém o fruto, mas você tem que fazer um processo de criação para que aquilo termine de acontecer. Mas já é, não é que é uma promessa de futuro, já é, já existe, mas ainda não é. Olha que ideia interessante, porque coloca um debate distinto sobre a noção de transição dos processos políticos. Porque muitas das nossas construções, inclusive das propostas alternativas, acontecem na ideia de que nossa situação é essa, esse é nosso ponto de partida, e nós queremos chegar no futuro sempre melhor, maior, e desenhamos o caminho para chegar lá.

O debate político sobre o Bem Viver coloca uma perspectiva sobre o que já está contido em um mundo que queremos conquistar hoje. E esse hoje contém o ancestral, a história, a sabedoria e as possibilidades de transformação que já acontecem na vida cotidiana, disputando com os outros projetos de dominação, porque a dominação nunca é absoluta. Convive com outros modos de vida. Mas depende de como você vai fazer o processo de criação para que isso que já é, seja.

Esse ritual das *illas*, muito camponês, rural, vinculado ao ciclo da vida da natureza, na experiência vital, na Bolívia, no Peru ou no Chile, também tem uma ritualidade urbana, transladada ao espaço urbano,



porque não acontece só no mundo campesino. A experiência de vida do mundo campesino constrói modos de vida, modos de entender a vida, que as pessoas carregam em toda a sua existência. E quando se coloca em um novo contexto, o urbano, transporta para o espaço urbano esses outros modos de vida.

Eu trabalho muito em outros países com o tema urbano, as cidades. Quase sempre o ponto de partida da conversa é: “mas que interessante isso que acontece na

Bolívia; mas aqui, onde os indígenas quase não existem, tudo isso não é possível!”. Mas quando começamos a trabalhar com as pessoas, com os modos de vida dos setores populares que habitam a cidade, você encontra outros elementos com os quais é possível criar. Por isso o foco do Bem Viver é no ancestral colocado no presente, que constrói, cria o que vem. A possibilidade de transformação fundamentalmente a partir do existente, das nossas práticas de hoje que trazem e contêm o ancestral.

O COLONIALISMO

Na perspectiva política, nas últimas duas décadas esta reflexão se fez pertinente no debate sobre as crises no nosso continente. Os ciclos de crises dos processos estatais dos nossos países sempre têm dois componentes permanentes: primeiro, acontecem no campo político, da gestão do Estado, da administração do Estado. Ou seja, da crise decorrente quando o povo cobra dos administradores do Estado que eles encontrem soluções às necessidades e problemas. Neste movimento aparece uma descrença no sistema político.

Essa descrença no sistema político leva a um segundo momento de crise, que é a descrença no modelo estatal de administração. Por exemplo, a crise do modelo neoliberal. Na Bolívia, a crise do modelo neoliberal aconteceu com muita força no início da década de 1990, quando o povo percebeu que o modelo estatal neoliberal tinha limites que não atendiam às demandas da população. Então as pessoas começam a desacreditar do modelo neoliberal. Vocês lembraram que no ano 2000 a primeira grande vitória dos movimentos sociais



sobre o modelo neoliberal foi a reversão das concessões de água a empresas privadas em Cochabamba, com o processo que chamamos de Guerra da Água.

É um exemplo do sentimento comum de que o modelo de Estado tem que mudar. Ninguém sabe com muita certeza como, mas tem que mudar.

PERSPECTIVA SENHORIAL DO COLONIAL

Essas duas crises, a do sistema político e a do estatal, são acompanhadas por duas outras crises, que ressaltam a pertinência política do debate do Bem Viver. Uma é a crise do modelo colonial do Estado. Podemos reduzir o modelo colonial a uma ideia básica: é a constituição do Estado a partir de uma perspectiva monocultural. Uma perspectiva típica do processo ocidental, colocada no cenário local. Uma perspectiva senhorial do colonial.

Vou tentar explicar essa ideia do senhorial. Nossos modelos estatais monoculturais imitaram as ideias europeias e eurocêntricas do desenvolvimento, mas distorcidas pela lógica colonial das

elites. A experiência cotidiana mais visível do pensamento senhorial é o que acontece na maioria dos nossos países nas festas para nossas meninas, filhas, irmãs, sobrinhas, aos 15 anos.

É quando as mulheres de muitas de nossas casas, incluindo os setores populares, são vestidas como princesas, com uma coroa, as damas, os pares, e se faz uma grande festa. É uma estrutura típica de um modelo medieval europeu. Ninguém faria uma festa assim na Europa, ficaria ridículo, mas fazemos aqui como parte de uma estrutura senhorial da construção das elites, que configurou também a vida cotidiana das pessoas e dos setores populares.

Nessa estrutura senhorial, que é altamente monocultural, o intento das nossas elites de se parecer o máximo possível ao mundo colonial, ao centro do poder, também influenciou os debates da nossa própria esquerda, que colocou no centro da sua construção os debates europeus (que são importantes, claro, porque não vivemos isolados). Mas nos anos 1960, 1970, nossa esquerda brigava internamente sobre os debates que aconteciam na Europa, e muitos se esqueciam do mundo daqui.

Essa construção senhorial atravessa a vida toda e construiu Estados monoculturais, que foram incapazes de incorporar a

diversidade cultural, de entender as estruturas políticas, a economia, a sociedade, a representação, as noções estéticas, de saúde, educação das nossas populações.

Nos anos 1990, começou-se a questionar essa estrutura monocultural do Estado. Tivemos um pretexto muito importante no continente para isso: a comemoração dos 500 anos da resistência indígena, negra e popular, que questionou todo um sistema monocultural da vida. Monocultural na ciência, na tecnologia, nos critérios de constituição e gestão da cidade, no projeto político, no conceito de poder, na economia, na estética.

A PLURALIDADE

Concomitantemente, iniciou-se um grande debate sobre a diversidade, que posteriormente deu origem à noção de plurinacionalidade. O plurinacional como a constituição do reconhecimento de distintos modos de vida, distintos horizontes civilizatórios, que configuram nossas sociedades complexas.

Temos ainda outra crise importante, a crise do modelo civilizatório ocidental moderno, que apareceu no debate mundial com os primeiros questionamentos ecologistas da década de 1970 sobre os limites do planeta. Começou-se a falar então que o planeta não teria capacidade de se reproduzir e regenerar para gerar os recursos demandados pelo ritmo de crescimento e desenvolvimento do Norte rico e opulento. E colocou-se em debate a necessidade de mudar o modo civilizatório de existir e se relacionar.

Foi então que o debate interno da nossa região sobre o modelo único do Estado, a presença monocultural do Estado, se apoderou de outros processos mundiais e planteou que já não é bastante um modelo estatal alternativo, mas é preciso vigorizar, potencializar, criar a partir do existente outros modos de vida, outros horizontes civilizatórios, outras maneiras de entender a ciência, a tecnologia, a convivência, a economia, a política, a ideia do poder. Não temos que pensar só em novidades, temos um potencial muito grande nas experiências indígenas que foram capazes de resistir

a 500 anos de dominação, e disputar espaços que até então não víamos.

Com isso, mudou o foco das discussões, e apareceu o Bem Viver, que já estava presente mas, nessa ideia de *illa*, ainda não sendo o que era agora. Apareceu como horizonte político contemporâneo, como capacidade mobilizadora profunda, acompanhada de movimentos indígenas muito fortes na Bolívia, no Equador, no Peru ou na Colômbia, que colocaram em xeque muitas das formas da ação política estatal.

É importante destacar que o Bem Viver é pensado não como um paradigma de futuro, mas sim como um horizonte que orienta nossa caminhada hoje. Quando falamos de horizonte, queremos dizer que não temos um projeto acabado a ser conquistado. O Bem Viver nos coloca sentidos, horizontes políticos e éticos, para o trabalho, mas não define com clareza qual é o projeto final.

Por quê? Porque um elemento-chave do Bem Viver é que ele não é possível sem diversidade e pluralidade; não existe um modelo único de Bem Viver. E aqui entra outro debate sobre a noção e a forma de ação política. Como é possível construir processos de transformação em diversidade e pluralidade?

Com a chegada ao poder de Evo Morales, na Bolívia, e de Rafael Correa, no Equador, ambos os governos adotaram a noção do Bem Viver no discurso político e a introduziram nas Constituições nacionais. Em decorrência disso, muitas vezes no

debate latino-americano o Bem Viver é confundido com as políticas que fazem os governos. E este é um equívoco-chave, porque só é possível falar do Bem Viver a partir da estrutura comunitária, do espaço da sociedade civil. Aponta um outro jeito de entender a relação Estado-comunidade, Estado-sociedade. Ou seja, não é possível falar de Bem Viver sem a estrutura comunitária, que por sua vez é diferente de coletividade.

Deste modo, no Bem Viver, como em tudo, não temos um entendimento e um sentido únicos. Há tendências que aproximam o Bem Viver a um discurso New Age, uma perspectiva muito ligada ao Bem Viver desde o individual, o pessoal, ligada a terapias alternativas, aromaterapia, uma comida mais saudável, etc. Tudo isso faz parte do debate do Bem Viver, claro, mas quando se coloca a ênfase sobre a dimensão pessoal — se eu encontro meu bem

viver vou ser capaz de transformar o mundo —, isso é a tendência ligada às ideias do New Age. Por outro lado, há os que consideram que o Bem Viver não tem nenhuma novidade em relação, por exemplo, ao ecossocialismo. Que seria a mesma coisa com outro nome. Por fim, no outro extremo, há os que fazem um debate do Bem Viver ligado à nova reprodução do capital, do capitalismo verde.

Diante disso, quando eu colocava esses exemplos, é preciso desconstruir algumas das configurações que ficaram naturalizadas na nossa vida e que constituem inclusive algumas propostas alternativas. Não é possível falar do Bem Viver, criar, mudar desde o existente, nessa noção de *illa*, se não fazemos um processo de desconstruir algumas coisas instaladas em nossas vidas. Não é possível falar do Bem Viver sem um processo de descolonização.

O PATRIARCALISMO

É interessante como nós, que trabalhamos com temas culturais, juventude, temas urbanos, podemos observar o que está acontecendo com as tribos urbanas (skatistas, hip-hop, etc.), que incorporam tendências e conceitos europeus com uma facilidade impressionante, exatamente por uma estrutura colonial muito forte. Eu vou colocar um exemplo de como construímos o debate sobre a colonialidade.

O conceito de “tribo urbana” surgiu na França para designar jovens que formavam grupos isolados que construíam uma identidade de pertencimento e uma ritualidade de reverberação do grupo. “Tribo” já é em si um termo colonialista, é tudo que estava fora da Europa, primitivo. “Tribo urbana” se entendia como construção de identidades juvenis isoladas umas das outras.

No caso da Bolívia, chegaram com muita força nos anos 1990 a música e as tribos vinculadas à cena eletrônica, *tecno* e *rave*. Na Europa, *tecno* e *rave* são uma radicalização da expressão da individualização em meio à multidão. No *tecno*, diferente de outros grupos urbanos, não há roupa identificadora da tribo. Melhor, cada um tem que se vestir o mais diferente possível. Não há passos de dança vinculados à música, cada um tem que dançar segundo a conexão da batida do coração com os *beats* da música. Você não tem que ter alguém com quem dançar.

Por isso também são importantes as drogas, que aprofundam o encontro consigo mesmo. Não precisa saber que música está na moda, porque quem faz a música é o DJ. O importante é o agora, a perda do sentido da história.

Quando o *tecno* chegou na Bolívia na década de 1990, os jovens começaram a fazer as suas *raves*. Mas na Bolívia eles começaram a formar grupos, a criar vestuários, a ensaiar passos, a fazer intervenção com a sua dança, e começaram a ter torcida que vinha com bandeiras com as cores do grupo. O grupo começava a organizar campeonatos de futebol, participava das festas tradicionais com um bloco de dança... Se observamos isso, o que esse grupo tem de tribo isolada? Eles reproduzem a festa *tecno*, a *rave*, mas introduzem a sua forma comunitária de existência e de relação, e incorporam o *tecno* na reprodução de sua vida comunitária.

O desafio que se coloca a partir desta reflexão é que temos que descolonizar nossas vidas, as noções filosóficas de interpretação da realidade, as crenças sobre o que é verdade. E esse processo só é possível através da desconstrução do patriarcalismo. Porque se temos uma estrutura colonial de dominação, também temos uma estrutura patriarcal. Mas o patriarcal não só no debate das relações homem-mulher. Mas colocadas no debate das relações masculinas e femininas da vida.

Na nossa estrutura mental existe um sistema de quadripartição; temos uma dimensão masculina e feminina, mas também temos uma dimensão masculino-feminina e uma feminino-masculina. Mas há uma região na Bolívia, Amarete, onde os indígenas falam em dez noções de gênero. Não dois, dez. O interessante é que na vida todos nós passamos por esses dez gêneros. Faz parte dos nossos ciclos. Posso ser predominantemente masculino, mas tenho aspectos femininos na minha vida. Qual a dimensão feminina ou masculina da

economia? Qual a dimensão feminina e masculina do poder? Das relações familiares?

Essa reflexão eleva o tema da despatriarcalização a outro patamar no debate. Precisamos nos colocar outra maneira de entender as relações. Mas precisamos deste processo de despatriarcalização porque a dominação masculina também está presente no mundo indígena. Precisamos desmontar esta construção, mas precisamos também de um processo de desmercantilização das relações.

WIPHALA

Ontem eu vi que vocês têm aqui na escola uma bandeira da Bolívia que é conhecida como Wiphala. Pedi que trouxessem esta bandeira para a nossa conversa porque ela é muito simbólica. Para começar, vou visibilizar uma coisa importante: ela tem 49 quadrados, e a chamamos de cruz *Chacana*. É o Cruzeiro do Sul mais duas estrelas, que fazem no céu uma cruz quadrada. Para os povos do Sul, é uma constelação que pode ser observada o ano todo e que acompanha a geração da vida na natureza. Pode ser vista a partir das quatro horas da manhã de novembro a maio. De maio a novembro, pode ser vista ao anoitecer. Isso tem a ver com o ciclo de reprodução da vida. De setembro a novembro, é a época da semeadura. Em maio, há a colheita. É uma constelação que acompanha a roça, a chácara.

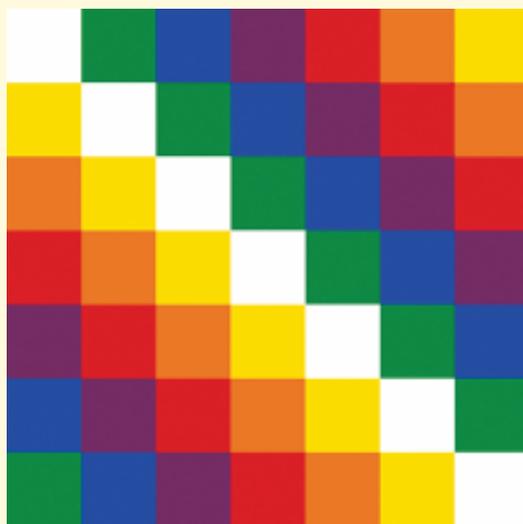
Mas voltando à Wiphala, a bandeira tem 49 quadrados e sete cores. Uma única cor a atravessa na diagonal, que é o branco. Chamamos essa carreira de *Taypi* na cosmovisão indígena, que significa lugar de encontro, um lugar de restituição do equilíbrio, mas ao mesmo tempo de disputa. É um mediador entre duas partes diferentes mas complementares. As outras seis cores se

distribuem acima e abaixo, mas sempre formando sete quadrinhos. Seis de um lado do *Taypi* e um do outro. Nesta bandeira, temos seis quadrinhos amarelos abaixo da carreira branca, mas acima temos um.

A ideia básica dessa noção é que não existem absolutos. Isso é outra noção de mudança do pensamento. Não existe a noção de pares que se opõem um ao outro e se cancelam mutuamente. São pares complementares, que se necessitam para existir, para reproduzir a vida. O sim não nega o não.

A filosofia ocidental, por exemplo, prega a lógica formal e simbólica, o falso-verdadeiro; falso-falso que é verdadeiro e vice-versa. Uma proposição que nega a outra anula a outra. Em idiomas indígenas não existe o *não* absoluto. Existe o *"no pero si"*, o *"si pero no"*. Nós que trabalhamos com o universo camponês indígena, quando con-

versamos com eles, quando falamos da luta revolucionária de forma contundente, eles dizem *"sim, certo, mas..."*. Isso porque a estrutura mental deles é diferente. No mundo indígena eles falam: *"você tem o amarelo, mas não tem totalmente"*. E essa parte que não tem amarelo vai ter um pedacinho de amarelo.



Daniel Santini



O PLURINACIONAL, O PLURICULTURAL E AS RELAÇÕES NO BEM VIVER

O êxito do capitalismo é converter tudo em *commodity*, mercadoria vendável. Como produzir uma subjetividade, uma relação, uma experiência de vida que não coloque a relação mercantil no centro das relações econômicas? Como recolocamos as dimensões econômicas da vida em sua amplitude? Não é simples mudarmos nossas ações e propostas se não conseguimos desconstruir algumas verdades que damos por definitivas.

Nesse sentido, duas noções aparecem com força como horizontes. Primeiro, o Estado plurinacional. Aqui aparecem as complexidades, porque o Estado nasceu para a dominação, o monocultural. Como é possível fazer um estado pluricultural? É um debate que estamos tendo na Bolívia, no Equador. Se você discute o horizonte civilizatório a partir da estrutura do Estado, é uma coisa. Se você o discute sobre o plurinacional e rompe as estruturas do Estado, é outra coisa. Porque às vezes você não precisa que o Estado mude, mas que o Estado se limite para que as outras formas civilizatórias apareçam.

No caso da Bolívia, a Constituição do Estado reconhece quatro formas de economia: a privada, a estatal, a social-cooperativa e a comunitária. Mas o vice-presidente do país, Álvaro García Linera, reconheceu que o Estado não pode promover a economia comunitária porque o Estado é o contrário

da comunidade. Então não é o Estado que vai fazer a economia comunitária, mas necessitamos debater com ele as políticas de Estado que permitam que a economia comunitária tenha melhores condições de se fortalecer. Se o Estado intervir na economia comunitária, vai acabar matando a economia comunitária. Então se coloca em outro nível o debate sobre a configuração do Estado plurinacional. Como o plural irrompe sobre o Estado monocultural? Nesse sentido, as lutas da esquerda do século passado pela inclusão, a igualdade, a democratização das sociedades, são muito importantes; mas são só parte da luta. Porque a luta já não é só sobre o acesso à educação, à saúde, à moradia. A pergunta é: que tipo de educação, saúde, moradia, trabalho queremos? Isso reconfigura o debate sobre o critério civilizatório, sobre outros conceitos de saúde, educação, moradia, outros conceitos e noções de economia e das relações.

Por exemplo, o povo guarani é o quarto maior povo da Bolívia (a maioria na Bolívia indígena é quéchua; depois vêm os aimarás, os chiquitanos e em quarto os guaranis). O povo guarani trabalhou um projeto político em termos de educação onde a sua demanda principal era: o Estado não tem que intervir na nossa educação. Para potencializarmos processos plurinacionais, precisamos de processos educativos sem intervenção do Estado. Mesmo que o



“Fausto Reinaga, um grande pensador da Bolívia indígena, fala que o homem é terra que pensa.”

Estado seja muito revolucionário. Não, precisamos de outro processo, que dialogue com o Estado, que seja capaz de debater o projeto de país, mas que seja próprio e autônomo. E eles fizeram um dos projetos de educação mais interessantes da Bolívia.

O outro horizonte é o próprio Bem Viver (ou Viver Bem, como falamos na Bolívia). O Bem Viver

coloca o centro do debate nas relações. E temos quatro estruturas de relacionamento, **quatro campos de relações**; todavia, ainda colocados num debate excessivamente antropocêntrico.

Um campo é a relação seres humanos – seres humanos. Porque o Bem Viver não é apenas uma relação com a natureza como algo separado de nós. Tem a ver com a relação entre nós, e aí se aproxima do debate marxista na relação capital-trabalho, estruturas de dominação e exploração, etc. Para restituir o equilíbrio nas relações entre seres humanos, o Bem Viver também

debate sobre o tema. Porque não pode haver possibilidade de viver bem em situação de exploração.

O segundo campo é a relação entre seres humanos e a natureza. Quando falamos de natureza estamos falando no sentido de mãe terra, a terra que reproduz a vida, mas também de tudo que é externo ao nosso corpo — apesar de que o nosso corpo também é natureza. Fausto Reinaga, um grande pensador da Bolívia indígena, fala que o homem é terra que pensa. E ele tem uma profunda crítica ao modo ocidental de vida e à esquerda da década de 1960 por seu pensamento colonial sobre os modos de industrialização frente à natureza, de agressão à natureza como estrutura de desenvolvimento, como projeto de dominação sobre a natureza.

O Bem Viver restitui a relação homem-natureza também nas coisas, o terceiro campo. Quando você compra um carro, um caminhão para levar coisas, na Bolívia há um ritual de boas-vindas ao automóvel. A primeira coisa é colocar um nome nele, e o adornar. Isso estabelece um vínculo relacional com as coisas diferente. A noção de lixo, nos povos indígenas, quase não existe. Porque tudo tem utilidade e um vínculo

relacional. Nós falamos na Bolívia, no meio urbano, que todos somos *cachivacheros* (coleccionadores de bugigangas). Guardamos tudo, uma garrafa, um vidrinho, e falamos “algum dia vamos utilizar”. Temos muita dificuldade de nos desprender, e isto tem a ver com a estrutura vital, onde tudo tem vida. Como você joga no lixo algo que tem vida, algo que estrutura vínculos relacionais, faz afetividades? Isso recompõe nossa relação com a natureza e a necessidade de um equilíbrio que permite regenerar a natureza, a vida, para nós mesmos. Recompõe — e aqui vem mais complicação — a relação entre os humanos de hoje e o ancestral.

Volto à fala aimará de despedida, “até o dia de atrás”. O referente de hoje é o ancestral, aquilo que compõe o “nós”. Hoje somos porque ontem fomos. Esta reconstituição da noção do ancestral é muito forte. Nisso também entram os referenciais da natureza e da geografia da natureza. Nas culturas andinas, é fundamental o papel das montanhas. Ou seja, as montanhas são meu ancestral, meu vínculo familiar. Para o povo guarani é a floresta, o lugar principal do encontro, que faz parte de sua ancestralidade.

Uma vez fiz uma pesquisa na zona rural do altiplano, era sobre educação e

saúde. E fizemos um questionário: que pessoa da sua família é a que mais precisa de atenção em saúde? E em sua maioria as pessoas respondiam: o gado. Porque é a incorporação da natureza na estrutura familiar. São famílias estendidas, abertas, que incluem a natureza na estrutura familiar. As montanhas, que são espíritos protetores, organizadores de um território na cultura andina, elas são chamadas de *achachilas*. E *achachila* é a mesma palavra que se utiliza para “avô”. Ou seja, a estrutura familiar ultrapassa a dimensão humana, e estrutura a família sobre o território.

O último elemento, quarto campo, do horizonte do Bem Viver, possivelmente mais complicado para nós, é a relação entre os seres humanos e a dimensão espiritual, ritual. Por exemplo, a mística que se faz no MST é uma ritualidade, que tem uma dimensão espiritual forte. Fortalece e articula o grupo, dá coesão a ele. Você se sente parte do mesmo processo histórico, cantando junto, levantando o punho esquerdo. O Bem Viver coloca o debate sobre o nosso encontro com esta dimensão, e que vai mudar inclusive os debates sobre tecnologia. Mas não teremos tempo para aprofundar essa reflexão, infelizmente.

O PÚBLICO, O COMUNITÁRIO E OS BENS COMUNS

O que quero destacar é que, no centro do debate dos sentidos do Bem Viver, está a necessidade de uma mudança sobre a noção dos bens comuns e sobre o público. Aqui no Brasil eu fico sempre impressionado que, quando se discute o público, é exclusivamente do Estado que se está falando. Quando se fala em poder público, está se falando claramente de poder estatal. Na construção das modernidades, o público foi trasladado ao território de gestão do Estado. As pessoas, o comunitário, cederam o público ao Estado na construção da modernidade. E o Estado aparece como detentor do público e, portanto, responsável pela gestão dos bens comuns.

Na Bolívia, temos o caso da estrada do Tipnis, onde o movimento indígena planteava uma resistência ao projeto e ao governo de Evo Morales, que construiu o discurso de que o supremo responsável pelos bens comuns é o Estado; portador da vontade popular que elegeu o governo. Portanto, em

última instância, quem sabe o que é melhor para todos é o Estado.

O Bem Viver está apontando a necessidade de uma mudança profunda no processo político e da retomada de algo que nunca esteve perdido: a gestão comunitária dos bens comuns, a construção comunitária do bem comum. O que é o comum? É algo que só pode ser produzido historicamente, a partir dos acordos da convivência. A água, o ar, sim, são bens comuns. Mas, para além disso, nos territórios urbanos, uma praça, a rua, são um bem comum. Por que a rua é concebida como um espaço de aceleração para os automóveis? Quem definiu que um espaço comum seja apropriado para isso? E por que assumimos com naturalidade que isso é

“As pessoas, o comunitário, cederam o público ao Estado na construção da modernidade. E o Estado aparece como detentor do público.”

assim? Porque perdemos a capacidade de debater a produção dos bens comuns. Se a rua é um bem comum, produzida coletivamente — e portanto gerenciada no público —, ela deve ser vista como parte dos espaços comunitários.

O debate do Bem Viver é a potencialização da comunidade como gestora dos bens comuns. Às vezes, nestes processos transicionais, precisamos de milhares de responsabilidades entre Estado e sociedade civil, entre o Estado e o tecido comunitário. Assim, a participação na gestão do público pelo comunitário é um dos temas centrais nessa discussão. A condução, a gestão e a decisão sobre os bens comuns.

O Bem Viver também questiona o papel das grandes transnacionais na nossa região e sua atuação nos nossos territórios, bem como a supremacia sobre e a proteção de nossos recursos. Por isso a profunda crítica às políticas extrativistas no nosso continente, que reproduzem e garantem o saque histórico dos nossos recursos. Porque vejam, no sentido do Bem Viver e das percepções indígenas sobre a natureza, o recurso muda quando se converte em “pessoa” com a qual nos relacionamos.

Vou dar mais um exemplo: no sul do Peru, na região de Puno, que faz fronteira com a Bolívia, temos o lago Titicaca. Uma das comunidades do Titicaca tem doze nomes para a água. E essas doze formas de nomear a vida da água fazem

“(...) temos o lago Titicaca. Uma das comunidades do Titicaca tem doze nomes para a água. E essas doze formas de nomear a vida da água fazem referência a parentes próximos: tio, primos, irmãos, cunhados, etc. O que quero dizer é que, se pensamos que o lago é “pessoa”, muda também a minha relação com a natureza, a nossa relação com os bens comuns.”

referência a parentes próximos: tio, primos, irmãos, cunhados, etc. O que quero dizer é que, se pensamos que o lago é “pessoa”, muda também a minha relação com a natureza, a nossa relação com os bens comuns.

O centro do debate do Bem Viver é uma mudança profunda na nossa maneira de entender as relações e sua complexidade. Só é possível construir as noções dos bens comuns em estruturas relacionais com a natureza. Não como um mecanismo de apropriação da natureza como recurso. E isso provoca uma materialidade política muito forte, capaz de gerar mobilizações. Claro que tudo isso não seria possível sem o encontro com a tradição das lutas dos movimentos sociais de esquerda, o debate marxista. Mas o Bem Viver, em seu debate sobre a diversidade e a pluralidade, eleva para outro patamar as construções no campo do popular e no campo das alternativas.

** Mario Rodríguez Ibáñez é membro da coordenação nacional da Red de la Diversidad, que atua nos municípios bolivianos de El Alto, Tarija, Sucre, Santa Cruz e Cochabamba com temas de cultura, cidades, juventude urbana, comunicação, economia popular e outros. Há anos estuda o universo indígena andino, bem como as suas releituras nos universos urbanos e populares. Tem se dedicado a discutir o Bem Viver como sentido que exige capacidade de construir, inventar, criar e permitir a reconfiguração do existente, dos processos de dominação, em outros horizontes.*

PONTO DE DEBATE

Fundação Rosa Luxemburgo

Número 4, janeiro de 2016

ISSN 2447-3553

Ponto de debate é uma publicação editada pela Fundação Rosa Luxemburgo com o apoio de fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica da Alemanha (BMZ). Abre espaço para o debate de temas sob a diretriz Bem Viver no Brasil e no Cone Sul: direitos humanos e da natureza na perspectiva de transformação, justiça social e justiça ambiental.

Todos os artigos são de responsabilidade exclusiva das pessoas que os assinam, não refletindo, necessariamente, a opinião da FRL.

Esta obra possui a licença Creative Commons 3.0 BY-NC-ND (Atribuição – Uso não comercial – Não a obras derivadas).



Diretor: Gerhard Dilger
Coordenação editorial: Ana Rüsche, Daniel Santini e Verena Glass
Projeto Gráfico: Fabiano Battaglia
Revisão: Hugo Maciel
Tiragem: 300 exemplares

Rua Ferreira de Araújo, 36
 CEP 05428-000 São Paulo (SP) Brasil
 rosalexspba.org

**FUNDAÇÃO
 ROSA
 LUXEMBURGO**